

# O OLHAR PANÓPTICO MONUMENTAL: O ESPAÇO NARRATIVO ARQUITETÔNICO E O CONTROLE TOTALITÁRIO EM 1984, DE GEORGE ORWELL

Fernando David<sup>1</sup>

Gabriel Nedorub Lewin<sup>2</sup>

Maria Eduarda Braz de Oliveira<sup>3</sup>

Vinicius Paredes<sup>4</sup>

Jonas Tozato<sup>5</sup>

Karina Fonsaca<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa o espaço narrativo da obra *1984*, de George Orwell, como elemento essencial para a compreensão das relações entre o Totalitarismo e o Panoptismo. Para tanto, inicialmente, delimitam-se os conceitos de Totalitarismo e de Panoptismo que se prestam à percepção dos espaços – estudados, respectivamente, a partir de Hannah Arendt, Jeremy Bentham e Michel Foucault. Ao elencar os elementos de controle social, em uma estrutura narrativa distópica, visa-se investigar a construção do espaço narrativo – associado, nesta pesquisa, ao olhar panóptico *monumental arquitetônico* – com os aspectos direcionados às categorias de controle, opressão e domínio sobre as coletividades e os espaços que ocupam. Desta

---

<sup>1</sup> Aluno do 6º período do curso de Letras Português e Inglês da FAE Centro Universitário.  
*E-mail:* fernando.david@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Aluno do 6º período do curso de Letras Português e Inglês da FAE Centro Universitário.  
*E-mail:* nedorub.lewin@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Aluna do 6º período do curso de Letras Português e Inglês da FAE Centro Universitário.  
*E-mail:* maria.braz@mail.fae.edu

<sup>4</sup> Aluno do 6º período do curso de Letras Português e Inglês da FAE Centro Universitário.  
*E-mail:* vinicius.paredes@mail.fae.edu

<sup>5</sup> Aluno do 6º período do curso de Letras Português e Inglês da FAE Centro Universitário.  
*E-mail:* jonas.tozato@mail.fae.edu

<sup>6</sup> Orientadora da pesquisa. Professora Assistente da FAE Centro Universitário. Doutora em Letras – Literatura e Cultura. *E-mail:* karina.fonsaca@fae.edu

feita, observa-se a relevância da conexão crítica entre os espaços representados em *1984*, o Totalitarismo e o Panoptismo, tomados os três como objetos atemporais de observação das realidades, principalmente se consideramos a pertinência desses temas para a contemporaneidade.

Palavras-chave: Totalitarismo. Panóptico. Espaços. George Orwell. *1984*.

## INTRODUÇÃO

George Orwell<sup>7</sup> (1903 – 1950) é um escritor reconhecido mundialmente pela abordagem social que faz em suas obras, buscando denunciar as injustiças que a sociedade sofre, a desigualdade, a corrosão dos ideais igualitários, a alienação e afins. Portanto, o livro trabalhado neste artigo, *1984*, escrito após a Segunda Guerra Mundial, retrata um dos principais objetivos do autor: a crítica aos Regimes Totalitários e observação extrema e constante sobre os indivíduos e as coletividades.

Sabe-se que o *Grande Irmão* – termo utilizado para se referir a um governo ou autoridade que possui poder total e almeja limitar a liberdade da população e controlar suas atitudes e pensamentos – como instância abstrata ou materializada nas diversas estruturas de domínio e opressão, configura-se como um potente instrumento na narrativa de Orwell. Ele se presentifica – mesmo que paradoxalmente pela sua *ausência* – nas mais diversas condições de representação: nas personagens, na temporalidade, nos jogos com o narrador e nos espaços narrativos. Tomando esta última categoria analítica como basilar, essa pesquisa situa o espaço narrativo, em *1984*, como elemento para a ação e efetivação do Totalitarismo, já que, conforme afirmam Reis e Lopes na obra *Dicionário de Teoria da Narrativa*, ao tratarem dos espaços:

O espaço constitui uma das mais importantes categorias da narrativa, não só pelas articulações funcionais que estabelece com as categorias restantes, mas também pelas incidências semânticas que o caracterizam. Entendido como domínio específico da história (v.), o espaço integra, em primeira instância, os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação (v.) e à movimentação das personagens (v.): cenários geográficos, interiores, decorações, objetos etc.; em segunda instância, o conceito de espaço pode ser entendido em sentido translato, abarcando então tanto as atmosferas sociais (espaço social) como até as psicológicas (espaço psicológico) (REIS; LOPES, 2000, p. 204-208).

Assim, pela dupla acepção do espaço narrativo, parte-se da ideia que a *arquitetura monumental* está intrinsecamente conectada com esse *olhar panóptico*, ou seja, a premissa arquitetônica parte da observação dos lugares e dos espaços, nos quais o enredo se desenrola, que determinariam as relações implícitas e explícitas da hierarquia de domínio prevista nos gestos totalitários. Como Hannah Arendt discute em seu *Origens do Totalitarismo* (2013), o poder e as ações de governamentalidade são descritos como

---

7 Em nota biográfica, presente na capa da edição em questão: “George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, nasceu em 1903, na Índia, onde seu pai trabalhava para o império britânico, e estudou em colégios tradicionais da Inglaterra. Jornalista, crítico e romancista, é um dos maiores escritores do século XX” (In: ORWELL, G. 1984, São Paulo: Companhia das Letras, 2009).

o lugar em que as técnicas de organização das individualidades assumem funções, de acordo com o posicionamento de cada ação, considerando, entre estas últimas, as condições e as pressões da coletividade e as da História. A esse contexto se agrega o que Valquíria Guimarães Duarte descreve como uma das ligações que Paul Ricoeur estabelece entre tempo narrativo, historicidade e arquitetura:

Ricoeur (2002) sugere que há uma relação entre o tempo narrado e o espaço construído, entre arquitetura e narratividade, “a arquitetura está para o espaço como a narrativa está para o tempo, a saber, como operação configurante” (Ricoeur, 2002, p. 44). Ambas – narrativa e arquitetura – se manifestam através da inscrição: uma na duração, outra na dureza do material. Para desenvolver essa questão, o autor demonstra como a arquitetura opera a tríplice *mimesis* no espaço, que é em tudo análoga à feita pela narrativa em relação ao tempo. A proposta sugere que, para além do texto, a narrativa se realiza do mesmo modo como se concretiza o edifício, pensando que o exercício do projeto, a edificação, o processo construtivo, a relação com o contexto, constituem, por si só, uma narrativa estruturada. Observando os pormenores do ato de narrar compreende-se o processo no qual se dá o edifício como história (DUARTE, 2013, p. 2-3).

Vê-se que a ideia de panóptico dialoga adequadamente com as temáticas descritas, na medida em que o *Panopticon* foi uma estratégia arquitetônica descrita por Jeremy Bentham e recuperada por Michel Foucault, sobre a qual assentava, pelo menos, duas diretrizes básicas: a centralidade do olhar e a visibilidade dos objetos e dos corpos. Estas duas diretrizes, não meramente instrutivas, mas principalmente aplicáveis *in loco*, podiam ser conferidas nos desenhos, nas maquetes e nos planos de construção dos locais que receberiam e enclausuravam os indivíduos. Logo, era, por exemplo, no hospital ou nas prisões, que havia a possibilidade de “[...] ao mesmo tempo dividir o espaço e deixá-lo aberto, assegurar uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante, separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados” (FOUCAULT, 2005, p. 210).

Assim, apesar de *1984*, de George Orwell, ter sido publicado originalmente em 1949, a sua reflexão é universal, no sentido de que pode ser vislumbrada em nossa contemporaneidade, seja pelo interesse humanístico de seus tópicos narrativos, seja pela importância de estudá-los.

A revisão da literatura, neste artigo, é construída conjuntamente com a análise pretendida e está organizada de modo a: apresentar paulatinamente o enredo de *1984*, de George Orwell junto aos recortes teóricos, cotejando trechos<sup>8</sup> do romance

<sup>8</sup> A ordem das citações dos trechos da obra *1984* (ORWELL, G. 2009), no trabalho, não obedeceu necessariamente a ordem cronológica do livro, uma vez que foram escolhidas as partes mais pertinentes para cada tópico analítico.

com os tópicos centrais da fundamentação; discutir a terceira parte da obra *Origens do Totalitarismo...* (2013), de Hannah Arendt, a qual trata da noção de Totalitarismo e contextos associados; demonstrar o uso da estrutura arquitetônica como forma de opressão, descrito na obra *O Panóptico* (2000), de Jeremy Bentham e, finalmente, dialogar com a perspectiva de Michel Foucault, na obra *Vigiar e Punir* (2009), acerca da vigilância, da punição e do adestramento. Os tópicos aqui descritos foram subdivididos ao longo da análise, de modo a sistematizar os focos temáticos investigados.

Com o intuito de cumprir os objetivos propostos nessa investigação, foi delineado um pré-projeto baseado em pesquisas bibliográficas descritivas, comparativas e analíticas. O espaço narrativo, e as personagens que dele participam, é analisado, na obra *1984*, de George Orwell, como elemento para a compreensão das relações entre o Totalitarismo e o Panoptismo. A fim de delimitar, em um segundo momento, os conceitos de Totalitarismo e de Panoptismo que se prestam à percepção dos espaços, organizamos as leituras de maneira a construir uma fundamentação dialética e complementar aos comentários ao romance, tomando como ponto de partida a terceira parte da obra *Origens do Totalitarismo...* (2013), de Hannah Arendt. Para a efetivação da discussão sobre o panoptismo, apresenta-se o projeto arquitetônico do mesmo, descrito na obra *O Panóptico* (2000), de Jeremy Bentham e estabelece-se o diálogo teórico crítico com a obra *Vigiar e Punir* (2009), de Michel Foucault. Demais comentadores foram utilizados como leituras complementares à discussão.

## **1 O OLHAR PANÓPTICO MONUMENTAL: O ESPAÇO NARRATIVO-ARQUITETÔNICO E O CONTROLE TOTALITÁRIO EM *1984*, DE GEORGE ORWEL**

### **1.1 TOTALITARISMO**

Ao mergulhar na narrativa de *1984*, o leitor pode ser levado talvez, em sua primeira impressão, a pensar que o contexto refere-se à Alemanha Nazista, à União Soviética, ou, pelo menos, que a escrita foi inspirada nesses regimes. Apesar de o autor ter vivido na época em que esses cenários eram a própria realidade histórica, seu romance é uma ficção e, portanto, trata de uma sociedade inventada, na qual há um sistema opressor que se assemelha aos aspectos do Totalitarismo discutidos por Hannah Arendt (2013). Nas primeiras páginas de *1984*, há um episódio muito importante que ilustra a semelhança do contexto ficcional de *1984* com os conceitos de Totalitarismo discutidos por Arendt no que diz respeito à normalidade da violência:

Ontem à noite cineminha. Só filme de guerra. Um muito bom do bombardeio de um navio cheio de refugiados em algum lugar do Mediterrâneo. Público achando muita graça nos tiros dados num gordão que tentava nadar para longe perseguido por um helicóptero. Primeiro ele aparecia chafurdando na água como um golfinho, depois já estava todo esburacado e o mar em volta ficou rosa e ele afundou tão de repente que parecia que a água tinha entrado pelos buracos (ORWELL, 1966, p. 15).

A violência naturalizada está presente na obra de Orwell e partilha de aspectos discutidos em *As Origens do Totalitarismo*. Existe, por exemplo, um momento de pausa durante o trabalho na narrativa, chamado “Dois Minutos de Ódio”, bem como o evento “cívico” denominado de a “Semana do Ódio”. As personagens, até mesmo as crianças, são submetidas a toda forma de brutalidade, a exemplo dos enforcamentos dos inimigos realizados publicamente. Ou seja, a exposição, o contato com as maiores atrocidades e a raiva fazem com que os indivíduos esqueçam os valores que aprenderam e passem a cometer barbáries em nome de um bem maior. A população parece não se surpreender quando atos horrendos são cometidos pelo Partido<sup>9</sup>.

Outro aspecto do Totalitarismo, encontrado em *1984*, é a criação de um inimigo comum. Regimes totalitários frequentemente combatem ou punem os que consideram hipoteticamente como criminosos, sem sequer questionar a veracidade de seus crimes. Na obra de Orwell, há a figura de um personagem rival do Grande Irmão, chamado de Goldenstein. Ninguém sabe ao certo se sua existência é efetivamente real, mas a repulsa contra ele é evidente e se materializa durante os “Dois Minutos de Ódio”, quando seu rosto aparece nas teletelas:

O programa Dois Minutos de Ódio variava sem que Goldenstein deixasse de ser o personagem central do cotidiano. Era o traidor original, o primeiro a conspurcar a pureza do Partido. Todos os subseqüentes crimes contra o Partido, todas as traições, atos de sabotagem, heresias, desvios, provinham diretamente de seus ensinamentos (ORWELL, 1966, p. 16).

Há uma figura citada na obra de Orwell, da qual, também, não é sabida a sua existência: o Grande Irmão, líder do Partido. Essa figura heroica é venerada por todos, como se fosse uma deidade. Nos cartazes, ele sempre aparece de forma imponente preenchendo todos os espaços e sua presença traz aparente tranquilidade aos seus seguidores:

---

<sup>9</sup> Os Dois Minutos de Ódio era realizado durante o expediente, havia uma pausa nas atividades para realização desse evento cujo objetivo era disseminar o ódio desenfreado ao inimigo do Partido Emanuel Goldstein (ORWELL, 1966, p. 14-17). Na Semana do Ódio, inimigos do Partido eram executados em praça pública, até crianças presenciavam esse tipo de espetáculo que era tratado com normalidade tal que fazia parte das brincadeiras deles, como exemplo dos filhos dos Parsons (ORWELL, 1966, p. 25).

No mesmo instante, porém, levando todos os presentes a suspirar aliviados, o personagem hostil desapareceu para dar lugar ao rosto do Grande Irmão, cabelo preto, bigode preto, cheio de força e misteriosa calma, e tão imenso que quase enchia a tela inteira (ORWELL, 1966, p. 21).

Como vemos, em regimes totalitários, é comum o líder assumir a figura de um ser incorruptível – a vontade do Grande Irmão nunca é questionada no romance. As notícias, quando divulgadas, por mais contraditórias que sejam, não são contestadas, nem mesmo pelo personagem principal, Winston Smith, que trabalha no Ministério da Verdade e é responsável pelas informações veiculadas em todas as áreas de controle do Partido. Já, para as demais personagens, tudo está correto. Junto ao Grande Irmão não há espaço para segundas interpretações, considerando que ele é o herói que salvou o seu povo dos capitalistas opressores.

### 1.1.1 A Propaganda Totalitária

O enredo de *1984* se estrutura pela presença de controvérsias, mentiras e manipulações. Somente o protagonista Winston Smith, que trabalha no Ministério da Verdade é quem questiona a veracidade dessas informações, os demais personagens não estranham os fatos e notícias impostos pelo Partido, por mais controversos que eles sejam.

É possível fazer um paralelo dessa passividade dos membros do Partido, presentes no romance de Orwell, com a infalibilidade do líder totalitário apresentada na obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt: “A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou” (ARENDR, 2013, p. 308).

Portanto, o caráter passivo das massas, presente na obra *1984*, está ligado à sua confiança cega no Grande Irmão que, assim como o líder de massas ao qual Arendt se refere, é de uma natureza infalível. A alienação é a força do governo, fato que reforça o lema do Partido do Grande Irmão: “Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força” e esse *slogan* está presente em diversas páginas do livro e reforça, como a seguir, o caráter passivo das narrativas:

Fabulosas estatísticas continuaram saindo da teletela. Em comparação com o ano anterior havia mais comida, mais roupa, mais casas, mais painéis, mais livros, mais combustíveis, mais navios, mais helicópteros, mais livros, mais recém-nascidos – tudo aumentará, exceto a doença, o crime e loucura (ORWELL, 1966, p. 58).

O desconhecimento e a alienação fazem com que as pessoas aceitem tais condicionamentos, sem questionar a ideologia vigente e se conformem com a vida simplória que levam. Outra coisa relevante é a exclusão da verdade; como todas as informações eram controladas, não havia forma de indagá-las, pois não se conhecia o que aconteceu anteriormente. A verdade era omitida e aquilo que pusesse em risco a integridade do líder ou do Partido era eliminado. Na narrativa de Orwell, essas informações existem apenas na memória de Winston:

O Partido dizia que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada (ORWELL, 1966, p. 40).

Dessa forma, não existiria nenhum meio de questionar o Partido, porque qualquer documento, recorte de notícia ou de jornal que contivesse informações controversas era eliminado ou alterado. “Tornava-se portanto necessário reescrever um parágrafo do discurso do Grande Irmão, de maneira a fazer com que predisse exatamente o que sucedeu” (ORWELL, 1966, p. 42).

Os grandes expurgos dos quais Hannah Arendt fala, foram usados com ferramenta de controle durante o Regime Totalitário da União Soviética, livros e documentos foram destruídos e grande parte dos intelectuais da época foram dizimados (ARENDR, 2013, p. 303), o terror causado por essa propaganda e a eliminação de qualquer documento contrário à ideologia comunista, assegura a soberania do regime. Esse trecho de *As Origens do Totalitarismo* serve de base para completarmos nossa análise literária de 1984, porque a ausência de provas contra o Grande Irmão impossibilitava qualquer forma de questionamento a sua doutrina. “No fim, o Partido anunciaria que dois e dois são cinco, e todos teriam que acreditar” (ORWELL, 1966, p. 78).

Todavia, o sucesso de um regime totalitário, segundo Hannah Arendt (ARENDR, 2013, p. 277), depende do apoio das massas. Segundo a autora, essas massas são grupos normalmente neutros politicamente, que de alguma forma aceitam com maior facilidade os regimes totalitários. No trecho a seguir, da obra de Orwell, aparece um exemplo dessa neutralidade.

Não era desejável que os proles tivessem sentimentos políticos definidos. Tudo que lhes exigia era uma espécie de patriotismo primitivo ao qual podia apelar sempre que fosse necessário levá-los a aceitar ações menores ou maior expediente de trabalho” (ORWELL, 1966, p. 71).

Ao contrário de membros do Partido, os proles tinham vida privada e não eram vigiados com frequência. Os valores do Partido não se aplicavam a eles porque eram

apenas ferramentas para serem usadas quando necessário. Em geral, eles não tinham valor e, por isso, tinham mais liberdade; ao contrário daqueles que trabalhavam para o Partido, que tiveram quaisquer individualidades banidas e que deviam partilhar de todos os valores e fazer atividades em conjunto:

Em princípio, um membro do partido não tinha horas vagas, e nunca ficava só exceto na cama. Suponha-se que quando não estivesse trabalhando, comendo ou dormindo, devia participar de alguma forma de recreação comunal; era sempre ligeiramente perigoso fazer qualquer coisa que sugerisse o gosto pela solidão, mesmo que fosse apenas passear sozinho (ORWELL, 1966, p. 80).

Os proles da obra de Orwell podem estar relacionados às massas sobre as quais Hannah Arendt (2012; 2013) se refere [...] “Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um Partido e raramente exercem o poder de voto” (ARENDR, 2012; 2013, p. 280) – eles correspondiam à maioria da população da Oceânia, viviam em completo descaso, alienação e isolamento e não tinham nenhuma consciência política, tornando-se altamente suscetíveis ao regime imposto pelo Partido.

### 1.1.2 O Terror do Regime Totalitário

A angústia de um cidadão que vive em um regime totalitário, sendo vigiado frequentemente, é compartilhada por quem lê a obra *1984* e percebe os conflitos que Winston, o personagem principal, enfrenta. Segundo Hannah Arendt (2012), quando o totalitarismo está no poder, ele se mantém por meio de uma propaganda de terror e de punição severa a qualquer forma de oposição ao governo, já que

O terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do totalitarismo (ARENDR, 2012, p. 395).

O medo da punição e da tortura são as causas do cenário claustrofóbico e angustiante em que Winston vive. O Partido vigia cada passo seu e, além disso, o protagonista tem consciência do que acontece com aqueles que cometem crimes contra o regime, já que ele mesmo ajuda a publicar as notícias dos castigos, que serviam para reforçar a grandeza do Partido e sua propaganda de terror: “Na vasta maioria dos casos não havia julgamento, nem notícia da prisão. As pessoas simplesmente desapareciam sempre durante a noite” (ORWELL, 1966, p. 22). Aqueles que não seguem os ideais

do governo sofreriam sérias punições; algo intrinsecamente ligado ao terror que os regimes totalitários pregam, relacionado desde o controle das massas até a privação da liberdade.

No livro, uma das punições para quem não seguia o regime foi representada pelo personagem Syme, a qual rejeitou os ideais do Partido e, simplesmente, deixou de “existir”. Porém, Winston se lembra dele, pois eram próximos; esse fato se assemelha à reflexão em que Hannah Arendt afirma de que os únicos a lembrarem da pessoa desaparecida serão aqueles que tinham um contato com ela.

Os criminosos são punidos, os indesejáveis desaparecem da face da terra; o único vestígio que resta deles é a memória daqueles que os conheceram e amaram, e uma das tarefas mais difíceis da polícia secreta é fazer com que até esses vestígios desapareçam juntamente com o condenado (ARENDDT, 2012, p. 368).

O personagem, seguindo essa definição, pode ser considerado “indesejável”, já que, provavelmente, é inimigo do regime. Os chefes conheceriam os potenciais rivais através do controle e da observação do indivíduo, que na obra, é retratado através dos mecanismos das teletelas e dos da agência dos espões. As máquinas são responsáveis por observar os movimentos das personagens e os espões, crianças recrutadas, treinadas para serem os futuros guardas e relataram o que parecesse perigoso ao regime (ORWELL, 2009, p. 30). Na vida real – entendida como aquela da História nas sociedades e não somente as representadas ficcionalmente, isso aconteceria através das polícias secretas, que poderiam ser constituídas por qualquer um que compactuasse com os ideais totalitários e estivesse disposto a defendê-lo, em nome da nação e do regime. Segundo Arendt, “[...] é durante esse estágio que um vizinho gradualmente se torna mais perigoso para os que nutrem ‘pensamentos perigosos’ que os agentes policiais oficialmente nomeados” (ARENDDT, 2013, p. 360).

Vê-se como característica dos regimes totalitários a omissão de fatos. Em 1984, isso é presente através da exclusão de obras antigas e a republicação delas com informações históricas apagadas ou adicionadas. Eventos como esse relacionam-se desde a falta de menção de uma pessoa relevante no contexto ou, até mesmo, de uma guerra; exemplo este presente, na ficção, através da divulgação distorcida e desviante do conflito entre a Oceânia e Eurásia/Lestásia (ORWELL, 2009, p. 39).

Nos regimes totalitários, existe o controle de informações por parte dos líderes: notícias são veiculadas, ou não, de modo a favorecer o regime. Em algumas situações, em 1984, eram implantadas notícias benéficas ao Partido, para que dessem um motivo para a população apoiar certas ações do governo. Isso pode ser relacionado às propagandas,

as quais serviam para manipular e convencer a população de que aquilo era certo ou errado. No livro, conforme mencionado anteriormente, existe a Semana do Ódio, onde ocorre espécie de expurgo contra Goldstein e, como relatado por Arendt, nos sistemas totalitários já acontecia algo similar a isto.

Assim, os judeus da Alemanha nazista ou os descendentes das antigas classes governantes da União Soviética não estavam realmente sob suspeita de ação hostil alguma; tinham sido declarados inimigos “objetivos” do regime em decorrência da sua ideologia, e isso bastava para serem eliminados (ARENDR, H. 2013, p. 361).

Em 1984, os mais pobres são excluídos ao acesso à arte e ao conhecimento em geral, de modo a manter uma sociedade manipulável e evitar a insurgência de possíveis inimigos do governo. Segundo Arendt, uma das marcas dos regimes totalitários é o controle total da sabedoria, com o intuito de proteger o regime de manifestações. Por isso, a perseguição “[...] contra qualquer forma de atividade intelectual pelos novos líderes da massa” (ARENDR, 2013, p.302) é muito mais do que “[...] o seu natural ressentimento contra tudo o que não podem compreender” (ARENDR, 2013, p.302). No caso de 1984, o porquê do escrito de Goldstein ser um objeto tão perigoso a quem o possuísse: nele havia textos que violavam o bem-estar do Partido:

Porque se lazer e segurança fossem desfrutados por todos igualmente, a grande massa de seres humanos que costuma ser embrutecida pela pobreza se alfabetizaria e aprenderia a pensar por si; e depois que isso acontecesse, mais cedo ou mais tarde essa massa se daria conta de que a minoria privilegiada não tinha função nenhuma e acabaria com ela (ORWELL, 2009, p. 226).

Para que um regime prospere dentro de seus ideais, é necessário que as pessoas inseridas neste meio acreditem cegamente naquilo que o líder pronuncie. Em resultado, o isolamento do ser humano, por medo de possíveis retaliações, gera uma paranoia que faz os valores do regime tornarem-se verdadeiros. Segundo Hannah Arendt, os únicos que, não necessariamente, precisavam acreditar nos ideais eram os membros do Partido. Na obra, porém, todos os integrantes acreditam que aquilo é o certo e que o Grande Irmão detém a razão total. Com a troca de guerras, ninguém questiona a veracidade destes fatos, tornando o fato crível, quase um “artigo de fé” (ORWELL, 2009, p. 229). Em 1984, então, é perceptível a omissão ou a revisão de fatos históricos, através da manipulação, a fim de criar o inimigo público, o qual, sem questionamentos, facilmente torna-se odiável e passível de ser banido.

Pesa nisso o fato de que o Grande Irmão é um líder onipotente, o qual observa a população e sabe o que cada um faz. Um mestre representado como correto e

sem falhas. Como um dos marcantes elementos totalitários é privar o indivíduo da dedução, os indivíduos/ as coletividades creem no líder e não indagam suas ações. Essa associação de um comandante a um deus é, segundo o conceito de Hannah Arendt (2012; 2013), reforçada por simpatizantes do regime, os quais assumem os chavões ditos e as propagandas lançadas, como verdade única e absoluta:

Embora os membros não creiam em declarações proferidas para o consumo público, acreditam fervorosamente nos chavões comuns da justificação ideológica e nas explicações da história passada e futura que os movimentos totalitários tomaram emprestado às ideologias do século XIX e transformaram, através da organização, em realidade operante (ARENDR, 2013, p. 333).

Na obra de Orwell (2009), relacionada à crença e às punições, a fim de corrigir aqueles que atentem contra o regime, é feita uma lobotomia – o que faz Winston voltar a acreditar cegamente no regime e não ter mais “pensamentos-crime”<sup>10</sup>. Esse ato se enquadra na tortura, porém, segundo Hannah, a tortura não resolveria o problema. Seria impossível descobrir o que se passa na mente da pessoa.

George Orwell, amparado, talvez, por sua experiência na carreira jornalística, soube trazer elementos reais do Totalitarismo – conceituados aqui através do diálogo com a obra de Hannah Arendt, transformando-os em uma ficção com profundas conexões com a historicidade, representando os elementos de controle, a propaganda e o inimigo comum. Sendo assim, de modo a jogar luzes sobre algumas características dos regimes opressores, propõem-se a seguir, as conexões do texto de Orwell com e a obra de Bentham (2000), como apresentado a seguir.

## 1.2 PANÓPTICO

A partir da leitura do livro *1984* e do *Panóptico*, é viável estabelecer uma relação direta entre essas obras, uma vez que ambas conectam-se no tocante às relações conceituais e arquitetônicas. Ainda, pode-se destacar uma semelhança significativa entre os dois livros, tal seja, parece que Orwell criou um modelo ficcional do *Panóptico*, pois o regime presente em *1984* é a realização do controle de Bentham (2000) no espaço ficcional. Existe apenas uma diferença, mais drástica na ficção se comparada ao projeto: naquela o controle se estende a uma sociedade inteira e não, somente, a um lugar fechado, como um presídio, como visto na proposta original do panoptismo.

---

<sup>10</sup> De acordo com a obra de Orwell, os pensamentos-crime são indagações que colocam em questão a lealdade do indivíduo, em relação ao regime, precisamente, o Partido (ORWELL, 2009).

É válido retomar o conceito do *Panóptico* para compreender a analogia entre este e a obra de Orwell. O objetivo de Bentham era criar um protótipo baseado em uma nova ideia de prisão, que fosse, por sua vez, mais eficaz que as demais, com menos pessoas vigiando e maior segurança. Esse controle partiria de um centro ocular de observação (*óptico*) e monitoraria o todo (*pan*). Assim nomeando o projeto, ou seja, a construção de um edifício circular, com celas isoladas e uma torre no meio, responsável pela vigilância. A estrutura proposta por Bentham (2000) colocaria em prática o plano de um domínio humano mais eficiente, como descrito no seguinte trecho:

Desde as lojas da torre central se pode então ver as celas. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas. [...] O Panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas. [...] Do ponto central, o espaço fechado é visível de parte a parte, sem esconderijos, a transparência é perfeita. Nos pontos situados sobre a circunferência das celas tudo se inverte [...] Esta configuração instaura então uma dissimetria brutal da visibilidade. O espaço fechado é sem profundidade, planejado, oferecido a um olho único, solitário, central. Está banhado de luz. Nada, ninguém, ali se dissimula, senão o próprio olhar, onividente invisível. A vigilância confisca o olhar à sua fruição, apropria-se do poder de ver e a ele submete o recluso. No edifício opaco e circular, é a luz que aprisiona (BENTHAM, 2000, p. 89-90).

A partir da análise dessa teoria, é possível estabelecer diálogos diretos com o livro de Orwell, já que no início de 1984, as construções monumentais dos Ministérios são notáveis e deixam evidentes as suas relações com a torre central do *Panóptico*, pois representam os locais de poder total de controle na Oceânia. Esse tipo de arquitetura está aliada às questões do monitoramento, visto que impõe a noção de autoridade junto aos pontos de destaque, ao se sobressair perante o resto das casas modestas da cidade.

A ideia principal sobre a evidência dos Ministérios é reforçar a teoria de que todos são observados constantemente. Essas construções são visíveis e gigantescas, atestando à população que o Partido está no controle. A cor dos edifícios é outro fator relevante a ser considerado, pois o *branco* faz-se presente na maioria das arquiteturas que remetem à vigilância – seja na fachada dos Ministérios, nas celas ou em quaisquer estruturas associadas ao poder de dominação:

A um quilômetro de distância, o Ministério da Verdade [...] erguia-se vasto e branco por sobre a paisagem encardida. [...] Será que sempre houvera aquele cenário de casas do século XIX caindo aos pedaços, paredes laterais escoradas com vigas de madeira, janelas remendadas com papelão, telhados reforçados com chapas de ferro corrugado, decrépitos muros de jardins adernando em todas as direções? (ORWELL, 2009, p. 13-14).

Outra conexão com o modelo de Bentham é a impressão de superioridade do Grande Irmão, expressa nos pôsteres espalhados por todos os lugares. Além da sensação de onipresença, o posicionamento estratégico dos cartazes, em alturas elevadas nas paredes, passa a noção de domínio constante, fenômeno que fortalece a ideia de autoridade. A figura desse líder é propositalmente retratada como um ser supremo, fato associado, também, ao *Panóptico*, em que

Em todos os patamares, diante da porta do elevador, o pôster com o rosto enorme fitava-o da parede. Era uma dessas pinturas realizadas de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move. [...] O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ [...] Não havia lugar de destaque que não ostentasse aquele rosto de bigode negro a olhar para baixo (ORWELL, 2009, p. 12).

Além disso, outro ponto relacionado ao projeto de Bentham, porém não menos importante, são as Teletelas, mecanismos usados visivelmente como forma de vigilância. É importante lembrar que a figura do Grande Irmão, aparente nos cartazes, é mera ilustração. A real face desse líder não é revelada, portanto, há uma forma de controle velada. As Teletelas, são reais e presentes; o único segredo, assim como o do mestre, é de quem está por trás delas. Essas máquinas estão sempre ligadas, entretanto, é impossível saber quando a Polícia das Ideias está realmente assistindo – algo que pode ocorrer a qualquer momento e mantém a população constantemente receosa:

Era possível, inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente (ORWELL, 2009, p. 13).

Em um cenário de controle escancarado, é fácil aceitar o monitoramento, pois sabe-se o quando e o onde isso ocorre. Já no caso da vigilância secreta, citada anteriormente, permanece a dúvida, a qual intriga os civis mesmo em lugares em que os mecanismos de controle não estão aparentes. Um exemplo disso é quando Winston e Julia saem das redondezas da cidade e vão para uma área “campestre” afastada, na qual, teoricamente, não há teletelas; entretanto, a sensação de vigília está presente:

“Eu não queria falar nada no caminho”, continuou ela, “porque podia haver algum microfone escondido. Há sempre o risco de um daqueles pulhas reconhecerem a voz da gente. Aqui é seguro”. Ele continuava sem coragem de se aproximar dela. “Aqui é seguro?”, repetiu estupidamente (ORWELL, 2009, p. 145).

Ainda, existe outro espaço de controle velado, que é o esconderijo na loja de Mr. Charrington, representado como o lugar em que o casal se encontrava com certa frequência, pois o ambiente passava segurança, devido à ausência visível de Teletela nas paredes. Entretanto, ao se encaminhar para o desfecho da obra, descobre-se que havia um aparelho escondido atrás de um quadro, sendo assim, Winston e Julia, na verdade, sempre foram monitorados (ORWELL, 2009, p. 261). Essa noção de controle total da população está, também, estabelecida no plano arquitetônico de Bentham. O controle Panóptico é significativo em *1984*, considerando que reforça as formas de domínios sociais, características em regimes totalitários:

Estava atrás do quadro [...] “Fiquem exatamente onde estão. Não faça nenhum movimento.” [...] Era impensável desobedecer a voz truculenta que saía da parede. Ouviram um estalido, como se uma lingueta tivesse sido destravada, e em seguida um estrépito de vidro quebrado. O quadro caíra no chão, revelando a teletela atrás dele (ORWELL, 2009, p. 261).

Associados à ideia de monitoramento, é possível apontar outros elementos de observação relacionados às personagens. A guarda, as patrulhas e as crianças assumem os papéis de controle das teletelas e a esse fato somam-se as associações com o *Panóptico*. Distanciando-se do domínio por meio de máquinas, essas figuras humanas fiscalizam e, por isso, amedrontam a população com a mesma intensidade que as outras representações e as formas de controle e de terror, advindos da figura misteriosa do Grande Irmão.

Tendo em vista o controle disseminado na obra de Orwell, pode-se relacioná-lo à teoria de Bentham, presente no trecho a seguir:

O campo panóptico toma sua unidade do seu centro. Sem o olhar que os reúne, haveria ali apenas uma coleção não-totalizada de átomos, de prisioneiros murados em sua solidão, curvados sob o jugo da vigilância. O Panóptico não seria outra coisa, nessas condições, senão o espetáculo do inspetor (BENTHAM, 2000, p. 96).

Em determinado momento da narrativa após a descoberta da teletela secreta do esconderijo, Winston é levado para uma cela branca. Esta pode ser associada aos conceitos de Aprisionamento e Panoptismo. O primeiro explicita-se mais facilmente, devido ao fato de se tratar de uma cela; portanto, o objetivo principal é, justamente, aprisionar. Já a ideia de *Panóptico* é percebida pelas demais características físicas presentes na construção. Como já ressaltado, a luz e o cromatismo são fatores interessantes a serem abordados, pois o conceito de clareza, nesse caso, refere-se à ideia de que tudo está sendo controlado, tudo que a luz toca está sob vigilância – é o “[...]”

lugar onde não há escuridão” (ORWELL, 2009, p. 212-271). Nessa cela, não há janelas, apenas as teletelas, sendo assim, não é possível contatos com o mundo exterior, mas a presença desses mecanismos, que estão em todos os espaços narrados, reafirma o monitoramento opressor e angustiante desses recintos:

Ele não sabia onde estava. Talvez no Ministério do Amor, mas não havia como ter certeza. Estava numa cela sem janelas, de teto alto e paredes cobertas de reluzentes azulejos brancos. Lâmpadas ocultas inundavam o espaço com uma luz branca, e havia um zumbido baixo e constante que ele achava que devia ter alguma coisa a ver com o suprimento de ar. Um banco, ou uma prateleira de largura apenas suficiente para que a pessoa se sentasse [...], um vaso sanitário de madeira sem assento. Viam-se quatro teletelas, uma em cada parede (ORWELL, 2009, p. 267).

A influência da realidade causada pela arquitetura é pertinente nos espaços de governabilidade. No Ministério do Amor, por exemplo, não havia janelas e, por isso, Winston achava que sua cela estava lá localizada. O ambiente sempre claro e iluminado por dentro, impossibilitava quaisquer certezas sobre horário ou rotina para os prisioneiros, aumentando a pressão e a sensação de repressão. Dia e noite eram iguais, estar no décimo andar ou no subsolo denotava o mesmo pressentimento: não havia como saber onde e quando, não havia como se situar psicologicamente:

Às vezes tentava calcular o número de azulejos nas paredes da cela. Devia ser fácil, mas em algum momento sempre perdia a conta. Mais frequentemente tentava deduzir onde estava e que horas eram. A certa altura teve certeza de que lá fora era pleno dia, e no momento seguinte igual certeza de que reinava a mais completa escuridão. Sabia instintivamente que naquele lugar as luzes nunca se apagavam. Era o lugar onde não havia escuridão: agora entendia por que O’Brien parecera reconhecer a alusão (ORWELL, 2009, p. 271).

A hierarquia, desse contexto, igualmente associa-se ao *Panóptico*. No projeto de Bentham (2000), há uma ordem baseada no grau da importância de cada componente do sistema: o líder é superior perante todos, em seguida, os vigilantes e, por último, a população massificada. Com isso, cada integrante se encontra em um lugar distinto e esse conceito de segregação hierárquica é, também, representado em 1984. A classificação das personagens se assemelha ao modelo do *Panóptico* – o Grande Irmão está acima de todos, abaixo dele há os guardas/patrolhas e no espaço mais inferior da pirâmide encontra-se a população. Além disso, é viável fazer uma comparação conectando esses conceitos de hierarquia com a arquitetura, pois há uma relação considerável entre ambos no quesito dos níveis de poder social e controle:

A cada etapa de seu período de detenção, Winston sabia, ou tinha a impressão de saber, em que ponto do edifício sem janelas se encontrava. Talvez houvesse pequenas diferenças na pressão atmosférica. As celas em que fora espancado pelos guardas ficavam no subsolo. A sala onde O'Brien o interrogara ficava num dos andares mais altos, perto da cobertura do edifício. O lugar onde estava agora ficava vários metros abaixo da superfície da terra, no ponto mais fundo a que era possível chegar (ORWELL, 2009, p. 329).

Portanto, a hierarquia presentifica-se nas situações narradas, incluídas aí, as representações arquitetônicas. No decorrer da obra é notória a relação entre a ficção de Orwell e o protótipo de Bentham, onde as construções, por sua vez, são fatores de demarcação dos espaços de supressão das liberdades. Cada construção possuía, outrossim, seu nível determinado para reforçar o poder e a opressão: a sala de O'Brien, um dos superiores, encontrava-se em um andar mais elevado, reafirmando a sua soberania; já a cela branca, pela qual Winston já havia passado, ficava no subsolo.

Mas, nenhum desses lugares se comparava ao “Quarto 101”, análogo à uma sala de tortura, onde os indivíduos se deparavam com seus piores medos para que a última fase do processo de reintegração fosse realizado. O local era o mais sombrio e inferior possível, nele havia as piores coisas do mundo de modo a pressionar o cidadão através de níveis de esfacelamento de suas identidades. Abaixo um trecho sobre o assunto:

“A pior coisa do mundo”, disse O'Brien, “varia de indivíduo para indivíduo. Às vezes é ser enterrado vivo, às vezes morrer numa fogueira, ou afogado, ou empalado, ou de cinquenta outras maneiras diferentes. Há casos em que se trata de uma coisa muito boba, uma coisa que nem chega a ser fatal” (ORWELL, 2009, p. 330).

O sistema de Reintegração, narrado na parte final de *1984* (ORWELL, 2009, p. 305), conecta-se ao conceito do *Panóptico*, pois o projeto de Bentham pretendia, além de controlar, *melhorar* os seres humanos – entendido por *melhora* a desviada similitude com o adestramento. Essa reorganização, focada no suposto aprimoramento, era realizada em três estágios: aprendizado, compreensão e aceitação.

Nesse sentido, considerando o objetivo do Partido de que o indivíduo internalizasse as regras e os conceitos a serem seguidos, a pessoa seria testada física e psicologicamente, com torturas, restrições das suas necessidades básicas, dentre outras modalidades que a fizessem ceder ao que lhe era imposto. Tão logo o Partido entendia que o cidadão estava progredindo, as intervenções eram minimizadas de modo que o sujeito se sentisse um pouco melhor, sugerindo que a aceitação do que lhe estava sendo determinado, tornaria seu convívio menos doloroso. Abaixo trecho que exemplifica o exposto:

Winston sentia-se muito melhor. Engordava e se fortalecia a cada dia, se é que naquele lugar podia-se falar em dias. A luz branca e o zumbido eram sempre os mesmos, mas a cela era um pouco mais confortável que as outras em que já estivera. Dispunha de um travesseiro e de um colchão para a cama de tábuas, e de uma banqueta para sentar-se (ORWELL, 2009, p. 320).

No entanto, assim que o Partido entendia que o sujeito estava parcialmente progredindo ou ainda, que havia o risco de não aprimoramento, as condições de subsistência do cidadão seriam testadas no limite tênue entre a vida e a morte deste:

A dor percorreu o corpo de Winston. O ponteiro provavelmente atingira os setenta, setenta e cinco. Dessa vez ele fechara os olhos. Sabia que os dedos continuavam ali e que continuavam sendo quatro. A única coisa que importava era encontrar uma maneira de permanecer vivo até o espasmo chegar ao fim. Já não sabia se estava gritando ou não (ORWELL, 2009, p. 294-295).

Esse sistema remete às formas de controle totalitário, devido ao condicionamento do pensamento que o Partido impõe à população. O adestramento tornar-se-ia necessário em uma sociedade governada por um regime dominador, uma vez que, segundo o livro de Orwell, não bastaria matar quem discordasse das regras, ou seja, exatos os padrões que visam passivo aceite e, principalmente, a concordância com aqueles. Assim, dos conceitos de Bentham, volta-se a atenção às reflexões sobre o aprisionamento, advindas de Michel Foucault e tratadas no último tópico dessa análise.

### 1.3 APRISIONAMENTO

Como discutido, é perceptível que as moradias, em 1984, sejam uma forma de aprisionamento físico e mental: “Ao longe, um helicóptero, voando baixo sobre os telhados, pairou um instante como uma libélula e voltou a afastar-se a grande velocidade, fazendo uma curva” (ORWELL, 1949, p. 12). A liberdade é praticamente inexistente, até mesmo nos interiores de seus espaços domésticos – e potencialmente íntimos – os indivíduos estão limitados. As moradas juntamente com os espaços públicos, tornam-se prisões com paredes transparentes, no qual, os que residem nestes espaços ficam aprisionados mentalmente, e também ficam à mercê da vigilância física.

O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências (FOUCAULT, 1975, p. 197).

Para Michel Foucault, a vigilância também acontece partindo das crianças, as escolas possuem um papel fundamental, é nelas que o estado consegue saber os costumes, a maneira de viver e seus recursos (FOUCAULT, 1975, p. 234). Em 1984, existe a estrutura de espionagem: sistema que utiliza da inocência em prol do governo. Reforçando o já exposto, à criança dá-se o título de espião, que a transforma em um *agente* (ORWELL, 1949, p. 34), nesta estrutura, os pais não possuem qualquer tipo de autoridade, sendo o estado que intitula autoridade sobre a criança, fazendo com que a mesma, caso necessário, entregue os próprios pais se eles realizarem atos criminosos.

O aprisionamento não deve ser considerado como artifício puramente físico nesse contexto, pois os indivíduos eram confiscados de seus próprios passados e de seus próprios pensamentos. No livro de George Orwell, o crime de pensamento é um dos mais severos a ser atentado contra o governo totalitário. Articular, pensar ou fazer algo não permitido levaria à punição e, em seguida, à execução, muitas vezes exibidas na praça central: “Alguns prisioneiros eurásianos, praticantes de crimes de guerra, seriam enforcados no Parque naquela noite, lembrou-se Winston” (ORWELL, 1949, p. 35). As punições, vistas como espetáculo, das quais crianças e pais participavam como plateia em 1984, aproximam-se do poder emanado pela pretensa culpabilidade e são descritas assim por Michel Foucault,

Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens. Ela aplica a lei não tanto a um corpo real e susceptível de dor quanto a um sujeito jurídico, detentor, entre outros direitos, do de existir. Ela devia ter a abstração da própria lei (FOUCAULT, 1975, p.17).

O foco em questão não é reconciliar o indivíduo, mas tomá-lo como exemplo para os demais, evitando-se, então, que outros desejem ou instiguem atos contrários às regras do regime. É interessante notar a maneira como é apresentada a cronologia das punições: primeiramente, a punição totalmente exposta ao público em forma de enforcamentos; depois, o suplício que afeta não apenas o condenado mas, também, a plateia. Por fim, a exibição física, nos espaços ocupados pelos mecanismos punitivos, das marcas no corpo do criminoso. Desse modo, o Estado consegue emitir um aviso a todos os futuros inimigos potenciais e, paralelamente, para o seu povo. Segundo Michel Foucault, “[...] suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’ e obtendo, antes de cessar a existência” (FOUCAULT, 1975, p. 36). Ou seja, o regime o utiliza para obter lealdade através do medo e, diferente de uma morte movida pela raiva ou pela selvageria, o suplício se torna uma técnica com fins estratégicos.

Embora em *1984* existam alguns centros comunitários que supostamente eram feitos para ajudar mentalmente os indivíduos e recuperá-los, antes que se tornem criminosos e traidores, eles também possuíam o intuito de monitoramento: “Era a segunda vez em três semanas que deixava de comparecer aos encontros noturnos do Centro Comunitário: atitude temerária, pois sabia-se que o comparecimento era meticulosamente monitorado” (ORWELL, 1949, p. 102).

Nesse sentido, a figura do Grande Irmão é mostrada como fonte de força e não de justiça. A busca incansável pelo inimigo transforma as personagens em maníacos perseguidores da razão, fazendo com que todos os rivais do Partido virem igualmente rivais do povo. A força do estado se torna uma ferramenta de destruição, acabando com qualquer tipo de ameaça eminente, possuindo total cooperação com o povo, e transformando a execução dos criminosos em um espetáculo. Foucault explica situações assim, como:

A justiça do rei mostra-se como uma justiça armada. O gládio que pune o culpado é também o que destrói os inimigos. Todo um aparato militar cerca o suplício: sentinelas, arqueiros, policiais, soldados. Pois importa, evidentemente, impedir qualquer evasão ou ato de violência; importa prevenir também, da parte do povo, um movimento de simpatia para salvar os condenados, ou uma onda de indignação para matá-los imediatamente: importa igualmente lembrar que em todo crime há uma espécie de sublevação contra a lei e que o criminoso é um inimigo do príncipe (FOUCAULT, 1975, p. 68).

No desenrolar de *1984*, o leitor se depara com uma aventura amorosa, na qual Winston e Julia utilizam diversas rotas para se afastarem da cidade e vão de encontro com a natureza. Eles utilizam o meio ambiente – idealmente bucólico – como forma de escape do regime. Nesta parte do livro (ORWELL, 1949, p. 151), a união se estreita. O poder do Estado é imenso e interfere nos sentimentos dos membros do Partido uns com os outros. Embora as duas personagens tenham medo incontrolável de serem pegos até mesmo dentro da floresta, os mesmos conseguem manter relações íntimas, atos de extrema penalidade para os indivíduos sob o olhar panóptico totalitário. Na república de Oceânia, o Partido do Grande Irmão determinava que todo instinto sexual deveria ser suprimido e, se isso não pudesse ser feito, eles o distorciam, reduzindo o sexo a apenas uma função: a obrigação para com o Partido. Então, quando Winston e Julia assumem secretamente essa relação, eles iniciam uma rebelião por meio da paixão – uma atividade sexual indisciplinar que o Partido trata como algo perigoso e subversivo.

A exploração e a representação do sexo e da sexualidade em *1984* fala sobre atitudes totalitárias acerca do ato e do corpo feminino, como espaços de limitação e de tabu. Winston busca uma forma de vida antiga e natural, onde elementos como a verdade histórica, o local dourado e o amor são mais uma vez permitidos, ou seja, a evocação sofrível dos lugares perdidos e idílicos das sociedades. Por meio de Julia, ele pode viver seu desejo de se rebelar contra o Partido, cujo slogan é, também, “liberdade é escravidão”. Na rebelião íntima do casal, liberdade é próprio e instintivo ato sexual (ORWELL, 2003, p. 11):

Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequências não tencionadas mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física. Que seria então um castigo incorporai (FOUCAULT, 1987, p. 19).

Por meio do controle de casamentos e do sexo, o regime remete a uma instituição religiosa conservadora, redirecionando a si mesmo a lealdade e o amor da população – já que o Partido se posiciona como o fim e a salvação. A esposa de Winston, Katharine, se refere ao sexo como uma obrigação para com o governo, e o trata como um ritual semanal, quase como um sacrifício, em que ela e Winston estão desconfortáveis, mas devem se submeter de qualquer forma (ORWELL, 2003, p. 71). Assim, A Liga Antissexo é uma das organizações propagandistas utilizadas para controlar o desejo e ensinar sexualidade ortodoxa, em que as corporeidades presentificam a limitação dos espaços a serem ocupados e aos quais é permitido, ou não, pertencer (ORWELL, 2003, p. 16). O puritanismo sexual do regime defende o fato de que “[...] o instinto sexual cria um mundo próprio” (ORWELL, 2003, p. 135) e está, portanto, fora de controle e deve ser destruído. A procriação é tratada como uma formalidade anual, como a renovação de um *estoque* de suprimentos executados pela população sob observação.

O desejo é perigoso para o regime, pois cria uma “[...] direta, e íntima conexão entre castidade de política ortodoxa” (ORWELL, 2003, p. 136). Sexo é um ato de rebelião em uma sociedade em que essa ação deve ser livre de prazer. Neste sentido,

o caso de Winston com Julia é um ato político contra o Partido, o que aumenta a atração entre eles. Talvez, o maior crime que eles cometam é seja declarar amor por alguém que não faz parte do governo. Logo, o amor é a antítese a tudo que o Partido representa. Ironicamente, o Ministério do Amor se preocupa apenas com a tortura e a destruição do indivíduo, e tais atitudes são referidas como “amor ao Grande Irmão”. Foucault elabora sobre a razão de penalidades em relação a sexualidade serem implementadas:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (FOUCAULT, 1987, p. 203).

Assim como a sexualidade, todos os aspectos da vida são controlados. O espaço e o tempo podem ser vistos, exemplarmente, no cotidiano dos membros do Partido: eles não possuem tempo livre e nunca estão sozinhos, exceto na cama. É esperado que quando não estão trabalhando, comendo ou dormindo, participem de alguma recreação em grupo. Qualquer coisa que represente um apeço por solidão era considerado perigoso e havia, inclusive, uma expressão para isso em Novafala: “Proprivida” (ORWELL, 2003, p. 86), que significava individualismo e excentricidade:

Quanto aos instrumentos utilizados, não são mais jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. Exercícios, e não sinais: horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. E finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele (FOUCAULT, M. 1987, p. 148).

Os membros do Partido Exterior, do qual Winston faz parte, vivem na função de “delinquentes” dentro da sociedade da Oceânia, compondo cerca de 13% da população. Eles podem ser vistos como a classe média, burocratas que realizam a maioria do trabalho do governo e seus quatro ministérios; identificados, cromaticamente, pelos jalecos azuis. Como é observado na obra de Emmanuel Goldstein, o estilo de vida deles é minuciosamente regulado a fim de ter essa casta social que pode ser controlada com maior facilidade (ORWELL, 2003, p. 200).

Sem dúvida a delinquência é uma das formas da ilegalidade; em todo caso, tem suas raízes nela; mas é uma ilegalidade que o “sistema carcerário”, com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou, organizou, fechou num meio definido e ao qual deu um papel instrumental, em relação às outras ilegalidades. Em resumo, se a oposição jurídica ocorre entre a legalidade e a prática ilegal, a oposição estratégica ocorre entre as ilegalidades e a delinquência. O atestado de que a prisão fracassa em reduzir (FOUCAULT, M. 1987, p. 304).

Os delinquentes são considerados os mais prejudicados dentre as três classes descritas em 1984, tendo qualidade de vida até pior do que as proles. Eles não possuem a relativa liberdade das pessoas da prole, nem seus prazeres simples, e não podem usufruir do estilo de vida luxuoso dos membros do Partido Interior que, entre seus privilégios, possuem comida, doces, servos e até veículos motorizados.

Os membros do Partido Exterior estão igualmente em ininterrupta vigilância, tanto em privado ou em público, devido ao fato de que suas capacidades intelectuais, combinadas com sua falta de poder, torna-os mais propícios a incitar uma revolta contra o governo. Este perigo é o fator que os determina como “delinquentes” dentro narrativa, pois seu estilo de vida é resultado da probabilidade de se tornarem criminosos e, portanto, são tratados como prisioneiros dentro da sociedade da Oceânia.

Em contraste, o Partido considera a prole irrelevante, enquanto o estilo de vida luxuoso dos membros do Partido interior ajuda a manter sua lealdade ao Estado. Nesse sentido, observa-se que

O delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza. A operação penitenciária, para ser uma verdadeira reeducação, deve totalizar a existência do delinqüente, tornar a prisão uma espécie de teatro artificial e coercitivo onde é preciso refazê-la totalmente. O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida; cabe-lhe por conseguinte reconstituir o ínfimo e o pior na forma do saber; cabe-lhe modificar seus efeitos ou preencher suas lacunas, através de uma prática coercitiva. Conhecimento da biografia, e técnica da existência retreinada. A observação do delinquente (FOUCAULT, 1987, p. 280).

Como Foucault estabelece, delinquência não é a ilegalidade mais virulenta, mas o resultado de uma penalidade, e esta pode ser isolada dos outros tipos de ofensa. A formação do Partido Exterior atribui certas vantagens que traçam um paralelo com as que Foucault confere aos delinquentes, ou seja, a criação controlada de uma espécie de classe criminosa. Esses indivíduos são facilmente supervisionados, pois constituem um pequeno grupo e podem ser direcionados a realizar outras atividades separadas do agrupamento principal. Ademais, soma-se a sua utilidade como informantes, denunciando uns aos outros, algo visto, por exemplo, na Liga da Juventude e dos Espiões, já que

A instituição de uma delinquência que constitua como que uma ilegalidade fechada apresenta com efeito um certo número de vantagens. É possível, em primeiro lugar, controlá-la (localizando os indivíduos, infiltrando-se no grupo, organizando a delação mútua) (FOUCAULT, 1987, p. 305).

Os membros do Partido que saíam de linha *desapareciam*. Porém, este é dado como evento público, notado por todos, um ato que claramente tinha como objetivo acarretar efeito moral na população. Os partidários participavam desta cerimônia, impregnados com pelo temos de desaparecer, também, um dia. De fato, o “teatro da punição” representava o sumiço dos indivíduos, denotando um paralelo as execuções públicas (ORWELL, 2003, p. 24). Com essa realidade, Winston acreditava poder ser removido da História a qualquer momento, esquecido, algo pior que a própria tortura, pois

O teatro piedoso imaginado pelas folhas volantes, e onde o condenado exortava a multidão a nunca imitá-lo, está se tornando uma cena ameaçadora onde a multidão é obrigada a escolher entre a barbárie dos carrascos, a injustiça dos juízes e a desgraça dos condenados vencidos hoje, mas que triunfarão um dia (FOUCAULT, 1987, p. 290).

Na prisão, eles eram vistos de forma diferente dos criminosos comuns da prole e, por consequência, recebiam tratamento diferenciado. Eram vítimas de uma tortura que tinha como objetivo a sua destruição completa, a forma mais coerciva de disciplina possível. Inicialmente, Winston é vítima de tortura a qual O'Brien afirma ser uma versão perfeita da utilizada na Inquisição. A relação entre tortura/Inquisição é apresentada por Michel Foucault como marca da selvageria gótica:

Pode-se a partir daí encontrar o funcionamento do interrogatório como suplício da verdade. Em primeiro lugar, o interrogatório não é uma maneira de arrancar a verdade a qualquer preço; não é absolutamente a louca tortura dos interrogatórios modernos; é cruel, certamente, mas não selvagem. Trata-se de

uma prática regulamentada, que obedece a um procedimento bem definido, com momentos, duração, instrumentos utilizados, comprimentos das cordas, peso dos chumbos, número de cunhas, intervenções do magistrado que interroga, tudo segundo os diferentes hábitos, cuidadosamente codificado (FOUCAULT, 1987, p. 59).

Utilizando a tortura, O'Brien busca extrair a verdade de Winston, mas não uma mera confissão, utilizando, por meio de operações do corpo, moldar uma pretensa verdade a qual lhe interessa ouvir. Ele levanta quatro dedos e pede um testemunho verdadeiro de que ele está a ver cinco – por meio do castigo físico disciplinar, condiciona severamente o protagonista como algo útil ao Partido (ORWELL, 2003, p. 246), já que, como Foucault comenta sobre a aplicação de punições corporais:

O corpo interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E do mesmo modo que a presunção é solidariamente um elemento de inquérito e um fragmento de culpa, o sofrimento regulado da tortura é ao mesmo tempo uma medida para punir e um ato de instrução (FOUCAULT, 1987, p. 61).

O resultado desta terrível e totalitária instrução pode ser observada na parte final da obra: a dor física e a sensação de perigo fazem com que Winston seja doutrinado ao ponto de se tornar mais um fanático a favor do Partido. Um prisioneiro dentro de seu próprio corpo, um corpo aprisionado nos espaços claustrofóbicos do governo, remetendo ao tema de controle ilimitado, que se manifesta por meio do poder de manipulação corporal do Partido e se estende, como sombra projetada, nas faces luzidias dos monumentais edifícios que compõem a banal, e por isso, assustadora urbanidade da arquitetura de *1984*.

## CONCLUSÃO

Ao apresentar os elementos de controle social, presentes na estrutura narrativa distópica, investigou-se criticamente a construção do espaço narrativo – associado, nesta pesquisa, ao olhar panóptico *monumental arquitetônico* – com os aspectos direcionados às categorias de controle, opressão e domínio sobre as coletividades e os espaços que ocupam.

O terror e a ideologia relacionam-se com o isolamento, responsável pelo medo e resultante desse tipo de regime. Perdendo seu valor dentro do campo social, o ser

humano sente-se desolado, ou seja, seu interior é destruído drasticamente por vias externas de controle e opressão. Sendo assim, um dos efeitos causados pelos regimes totalitários está relacionado ao medo extremo, ligado à angústia resultante do estar apartado Receio de agir de acordo com os antigos valores, medo da tortura, do julgamento, da liberdade de se expressar. O Totalitarismo destrói inteiramente com a liberdade dos seres humanos, massifica-os, ou seja, impossibilita quaisquer chances de movimentos além da *massa*. A ideologia do Totalitarismo junto ao objetivo desses regimes, é privar as pessoas da dedução, ou seja, do pensamento, gerando receio e paranoia em todos os sentidos.

Importante ressaltar que a obra *O Panóptico* refere-se a um regime despótico, que é definido por Bentham (2000) como utilitarismo déspota, em que a linguagem é um dos fatores que contribui para essa forma de regime utilitarista, servindo para mensurar, classificar e fixar indivíduos. A linguagem é a nossa forma de expressão mais primitiva, por meio dela criamos nossas relações exteriores, leis, relações comerciais. Para se ter domínio sobre os indivíduos, é necessário antes de tudo dominar a linguagem.

Ademais, nota-se que o utilitarismo também aparece na forma do salvador e do Grande Irmão. Os regimes totalitários foram estabelecidos depois de uma expansão territorial com uma justificativa filantrópica, normalmente no sentido do crescimento econômico, a exemplo da arquitetura panóptica. Ressalte-se, além disso, que os regimes totalitaristas visam a observação totalizante dos indivíduos através da separação das relações entre as pessoas que podem vir a ameaçá-los, dado que as conexões são um perigo ao controle total e a crítica à opressão absoluta.

A formação da sociedade disciplinar centra-se nas disciplinas fechadas (de blocos) até o Panoptismo. Existe uma evolução do sistema, mas não uma substituição – a nova modalidade se infiltra entre as demais, desqualificando-as. Para Foucault (2009, p. 195–205), a arquitetura clássica tornava acessível a muitos o ato de inspecionar alguns objetos; mas a arquitetura moderna, contrariamente, permite que um só possa observar muitos e ao mesmo tempo. A sociedade moderna não é mais somente do espetáculo, mas também, ou mais, da vigilância.

Esses elementos, aliados ao papel dos espaços narrativos e históricos erigidos no sistema de representações, são fundamentais para a compreensão e a formação de um regime opressor em *1984*, uma vez que são os responsáveis

pela manipulação e pelo aprisionamento. Portanto, a essência do Totalitarismo residiria na combinação de elementos caros à dominação e ao controle absoluto. Sendo assim, observou-se a relevância da conexão entre os espaços narrativos representados arquitetonicamente em *1984*, o Totalitarismo e o Panoptismo, tomados os três como objetos atemporais de observação das realidades, seus constituintes e os sujeitos nelas envolvidos e por elas condicionados.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inês Madeira de. Hannah Arendt e as origens do totalitarismo. **Gepolis**, Lisboa, v. 6, n. 4, p. 8-13, jun. 1994.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- DUARTE, Valquíria Guimarães. **A narratividade e o campo da arquitetura**: a perspectiva de Paul Ricoeur e Walter Benjamin. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, nov. 2013.
- LECHTE, John. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais**: do estruturalismo à pós-modernidade. Tradução: Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40-59, jan./dez. 2017.
- ORWELL, George. **1984**. Londres: Secker and Warburg, 1949.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PAVLOSKI, Evanir. **1984**: a distopia do indivíduo sobre controle. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 2000.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. (Tomo 1).
- RICOEUR, Paul. Arquitectura y Narratividad. In: THORNBERG, Josep Muntañola (Dir.). **Arquitectonics**: Mind, Land & Society. Barcelona: Edicions UPC, 2002.
- SILVA, Diogo. O futuro como história: utopia e ficção científica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- UMBELINO, Luís António. Espaço e narrativa em P. Ricoeur. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, v. 5, n. 39, p. 21-35, set. 2011.
- VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. **Ensaios Filosóficos**, v. 6, n. 12, p. 144-154, out. 2012.